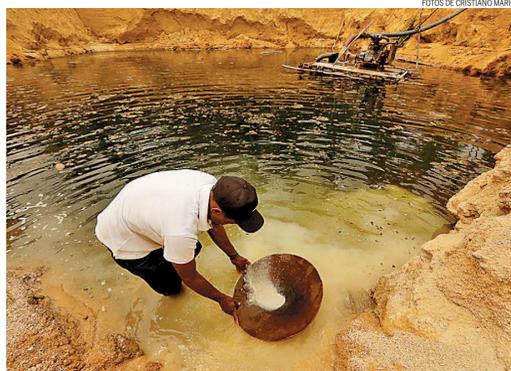


ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO

# GARIMPO NO PODER COMO INVESTIGADOS POR EXPLORAÇÃO ILEGAL INFLUENCIAM AS ELEIÇÕES EM CIDADES DA AMAZÔNIA



**Ouro em profusão.**  
Alojamentos de garimpeiros em Vila Nova, no Pará: estado tem quatro cidades entre as que mais arrecadam com a atividade



FOTOS DE CRISTIANO MARIZ

**A extração como rotina.**  
Acima, homem peneira para obter as pedras preciosas; no meio, a candidata Brunna Cataratas, cujo irmão é réu por exploração ilegal; abaixo, Heverton Soares, o Grota, investigado por ligação com o "narcogarimpo"



DIVULGAÇÃO



REPRODUÇÃO

**O GLOBO PLUS**

EDUARDO GONÇALVES E CRISTIANO MARIZ  
politicar@globom.com.br  
ITAITUBA (PA)

Sob a luz de refletores improvisados na cabana de uma caminhonete, um grupo de cerca de 30 pessoas se reúnia para tratar de eleições numa vila garimpeira instalada no coração da floresta amazônica, em Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros da capital Belém, no dia 14 de setembro. Ao microfone, uma voz elevava o tom de cobrança a autoridades. "Já era para ter patrolado (nivelado) todas essas ruas. Era para ter caminhão-pipa bancado pela prefeitura, que tem recursos", discursou Heverton Soares, conhecido como Grota. A faceta de líder comunitário, porém, esconde a real identidade do garimpeiro investigado pela Polícia Federal (PF) sob suspeita de ligações com o "narcogarimpo", associação de facções criminosas com donos de mineradoras para lavar dinheiro do tráfico de drogas por meio da venda de ouro. O seu objetivo no ato político era pedir votos ao candidato a prefeito Ivan D'Almeida (Podemos), dono de garimpos e réu por exploração ilegal do minério.

O primeiro capítulo da série sobre as ligações do garimpo com a política, que compõe o lançamento do O GLOBO Plus — um agregador de conteúdos premium numa área exclusiva para assinantes no

site do jornal (veja mais na página 14) — mostra como o pequeno comício numa das regiões mais devastadas do Pará, acompanhado *in loco* pela reportagem, é um exemplo de como campanhas eleitorais e extração ilegal de ouro se unem rotineiramente no mesmo palanque na região. O resultado dessa parceria é uma relação simbiótica, em que os dois lados ganham.

Ao mesmo tempo em que tenta eleger um aliado como prefeito, Grota responde a processos em três estados por suspeitas de praticar crimes como tráfico de drogas, organização criminosa e lavagem de dinheiro. Ao longo de nove meses em 2021, ficou foragido após ser alvo de uma operação da PF. A participação do empresário na campanha em Itaituba só tem sido possível porque a Justiça anulou um pedido de prisão contra ele após indefinição sobre quem irá julgá-lo. O caso hoje está sob análise do Superior Tribunal de Justiça (STJ). Procurada, a defesa de Grota não quis comentar. Ele não consta como doador oficial das eleições. O candidato D'Almeida também não se manifestou.

Com status de megaempreendedor na região do vale do Rio Tapajós, sudoeste do Pará, Grota é dono de garimpos, fazendas, haras, pistas de pouso e empresas de maquinário de extração mineral e peças de carro. Investigações citam 18 autorizações para explorar o ouro na região de Itaituba, onde as permissões, concedidas oficialmente pela Agência Nacional de Mineração (ANM),

dependem de aval dos políticos locais. Por essa razão, a disputa eleitoral na região é estratégica para garimpeiros.

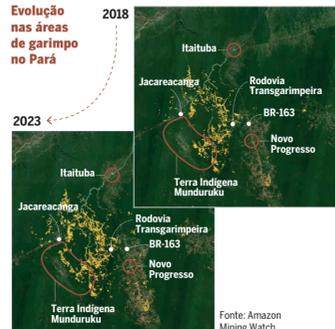
O mesmo cenário se repete em campanhas em outras cidades do ouro da Amazônia. Ao longo de uma semana, a reportagem do GLOBO percorreu mais de 1.600 quilômetros pelo sudoeste do Pará para ouvir moradores, empresários e políticos nos municípios campeões em alertas de garimpo do país. A situação encontrada foi de candidaturas que usam

de multas ambientais à concessão de licenças para mineração como trunfo eleitoral. Um dos casos mais notórios é o do garimpeiro Rodrigo Martins de Mello, o Rodrigo Cataratas, que tentou se eleger deputado federal em 2022 e, neste ano, se tornou o principal cabo eleitoral de Brunna Cataratas (PSD), sua irmã, candidata a vereadora de Boa Vista, capital de Roraima. Dono de um patrimônio de R\$ 33,5 milhões — declarado ao Tribunal Superior Eleito-

ral (TSE) —, Rodrigo Cataratas mantinha uma frota de helicópteros e aeronaves que, segundo a PF, abastecia os garimpos ilegais na Terra Indígena Yanomami. Ele é réu em três processos na Justiça Federal por ligação com a exploração irregular de ouro em Roraima. Em um deles, Brunna também é ré. Procurada, a defesa de Cataratas afirma que sua "atividade garimpeira sempre foi legal, com licenças ativas e em terras permitidas". A candidata não comentou.

Em postagens nas redes sociais, o garimpeiro afirma que, caso eleita, a irmã "dará voz aos garimpeiros" na Câmara Municipal da capital de Roraima. A maioria dos garimpos é irregular no estado, que tem 46% do seu território demarcado como áreas de preservação. —Hoje não tem um representante da classe garimpeira. Não tem deputado federal, estadual, governador, nenhum prefeito. Precisamos urgentemente disso para desenvolver a nossa economia — afirmou Brunna em um evento de campanha ao lado do irmão, Cataratas, na semana passada.

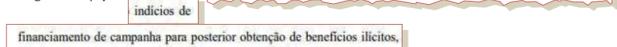
**O CAMINHO FEITO PELA REPORTAGEM DO GLOBO**



**Financiamento de campanha**

Relatório da PF aponta indícios de que dono de mineradora fez doações eleitorais a candidatos para obter licenças ambientais para garimpo na região do Tapajós

Foram apontadas doações de campanha no ano de 2020 para diversos candidatos no Município de Novo Progresso/PA, onde possui a grande maioria dos seus empreendimentos, gerando indícios de financiamento de campanha para posterior obtenção de benefícios ilícitos, tal como a própria aprovação das licenças requeridas, destacando-se uma doação de R\$ 31.000,00 (trinta e um mil reais) ao candidato a Prefeito não eleito.



EDITORIA DE ARTE

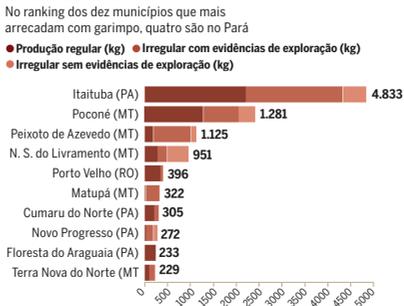
**RECORDISTAS DE EXTRAÇÃO**

Metade das localidades com o maior número de alertas de garimpo no último ano fica no Pará



**OURO ILEGAL**

No ranking dos dez municípios que mais arrecadam com garimpo, quatro são no Pará



Fonte: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

EDITORIA DE ARTE

outros seis postulantes a vereador com o suposto intuito de obter licenças ambientais para explorar ouro na região. "Foram apontadas doações de campanha no ano de 2020 para diversos candidatos no município de Novo Progresso (PA), onde possui a grande maioria dos seus empreendimentos, gerando indícios de financiamento de campanha para posterior obtenção de benefícios ilícitos, tal como a própria aprovação das licenças requeridas", pontua o relatório da investigação.

A defesa do dono de mineradora diz que as doações eleitorais foram feitas "dentro da lei" e que as investigações ainda não terminaram. "A empresa de Macedo Sobrinho nunca fez lavagem de dinheiro, sendo precipitadas as afirmações da Polícia Federal neste sentido", sustenta a nota. Procurado, Macarrão, que também foi alvo da PF, não se manifestou.

A ligação de Macarrão, o ex-prefeito candidato a vice de Novo Progresso (PA), com empresários do garimpo incluiu outro alvo da PF. O principal doador de sua campanha em 2020 foi Dirceu Santos Frederico, dono de uma empresa de comércio de ouro e mineradora na cidade que repassou R\$ 90 mil para a sua candidatura.

Frederico, que foi diretor da Associação dos Mineradores do Alto Tapajós (Amot) e secretário municipal de Meio Ambiente de Itaituba, chegou a ser preso por cinco dias em setembro de 2022 sob suspeita de comprar ouro extraído de áreas protegidas da Amazônia.

Meses antes, a PF havia interceptado um carregamento avaliado em R\$ 23 milhões em barras do minério que pertenciam à sua empresa. Na ocasião, Frederico afirmou que a carga tinha origem legal.

Uma ação civil pública também aponta suspeitas de utilização de garimpos fantasmas por Frederico para "esquestrar" ouro retirado de reservas ambientais. Procurado, o empresário não respondeu. No processo, a defesa dele alegou que a empresa nunca teve conhecimento de que o ouro adquirido tinha envolvimento com atividades ilícitas e que todas as transações foram rigorosamente registradas na contabilidade.

**'QUE VENÇA O MELHOR'**

O maior doador eleitoral ligado ao garimpo nos últimos anos é Valdinei Mauro de Souza, conhecido como Nei Garimpeiro, apelido que ganhou na época que retirava ouro do subsolo do Rio Tapajós com bateia e picareta. Em 2020, ele enviou R\$ 200 mil para reeleger Valmir Climaco (MDB), o atual prefeito de Itaituba, onde o empresário possui uma licença para explorar ouro e autorizações para pesquisar a existência do minério.

Nei Garimpeiro também doou R\$ 100 mil à reeleição de Jair Bolsonaro (PL) em 2022. No caso do ex-presidente, o apoio extrapolou o financiamento de campanha e lhe rendeu uma ação na Justiça do Trabalho por assédio eleitoral a funcionários de suas empresas — uma delas chegou a ser obrigada, na ocasião,

ase abster de tentar influenciar o voto dos empregados. O magistrado também estipulou uma multa de R\$ 10 mil se a pressão continuasse.

A exemplo de outros empresários campanhas eleitorais, Nei Garimpeiro é alvo de uma investigação da PF. Ele é suspeito de beneficiário de um suposto esquema de contratação de mercúrio de países como México, Bolívia e China. O produto, considerado essencial para a extração do ouro, tem a comercialização controlada no Brasil pelo seu alto grau de toxicidade.

O empresário foi alvo de mandados de busca e apreensão em dezembro de 2022, após comprar uma grande quantidade do produto trazida ao país de forma clandestina. Ele diz que não sabia das irregularidades da fornecedora e que a compra foi realizada com autorização do Ibmata e da PF. O mandado foi posteriormente anulado pelo Tribunal Regional Federal.

Sob a mira da PF, Nei Garimpeiro decidiu ficar longe da política neste ano e disse que, desta vez, não se envolverá com campanhas na cidade onde possui garimpos.

— Conheço os dois candidatos (de Itaituba) e não participarei do processo eleitoral, nem com apoio, nem com doações. Torço para que vença o melhor — afirmou ele.

**'A CIDADE PEPIITA'**

Chamada de "Cidade Pepita", Itaituba é a origem de 41% do ouro ilegal do território brasileiro, segundo

um estudo da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). A relação entre o minério e a política pode ser observada logo na sede da prefeitura, instalada ao lado de uma cooperativa de garimpeiros, um posto de compra e venda do metal precioso e uma empresa de táxi aéreo. Os dois primeiros estabelecimentos, porém, estão atualmente fechados em razão de operações da PF por suspeita de crime ambiental.

Os dois principais monumentos da cidade são a estátua de um garimpeiro com sua bateia (utensílio usado para mineração) e de um pequeno avião usado na década de 1980 para se chegar às áreas de garimpo. As ruas levam nomes de garimpeiros históricos — como o de Wagner Domingues, o "Pai Velho" — e os açougues, padarias e farmácias homenageiam a principal fonte de renda do município: Boi de Ouro, Pão de Ouro e Ouro Farma. O plenário da Câmara Municipal exibe um grande painel com a imagem de um garimpeiro e o hino oficial canta na estrofe "os garimpos, as praias, a fonte".

Itaituba responde, sozinha, por 30% de todas as permissões de lavra garimpeira (PLGs) do país — a autorização oficial para que um garimpeiro possa escavar o subsolo em busca do metal precioso. A proliferação dessas licenças, que alçou a cidade ao topo da exploração do ouro no país, tem sido alvo da PF e do Ministério Público Federal.

Uma das responsáveis pelas investigações, a procuradora Thais Medeiros aponta que o modelo em que cabe ao prefeito autorizar novas áreas de mineração é "frágil", pois vinha sendo utilizado para "legalizar" o ouro extraído de reservas indígenas e unidades de conservação da Amazônia.

— O licenciamento pelas prefeituras dificulta a fiscalização de órgãos ambientais. E há uma possibilidade de isso estar sendo utilizado como mecanismo de ganho político, porque nos municípios do Pará a atividade de mineração e garimpage é a principal fonte de renda para grupos econômicos — explica Medeiros.

A expansão de licenças de exploração de ouro em Itaituba é atribuída ao atual prefeito, o garimpeiro Valmir Climaco (MDB), que, em seu terceiro mandato à frente de Itaituba, já declarou ter liberado de 400 a 500 áreas de mineração na cidade.

Climaco já foi processado por extrair ouro de garimpo irregular na Amazônia. A Justiça Federal decidiu suspender a ação, em 2022, depois que o prefeito aceitou pagar uma multa de R\$ 40 mil. Em outro caso, foi condenado a 4 anos e 9 meses de prisão em 2019 por desmatar área de preservação na mesma região. Ele nega irregularidades e afirma que, atualmente, só atua em locais legalizados.

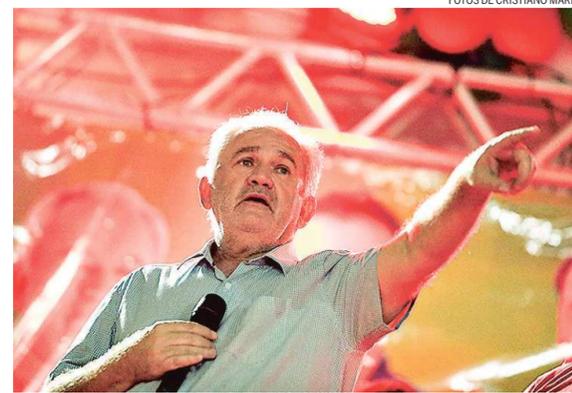
Em busca de tentar emplacar como sucessor o seu vice, Nicodemus Aguiar (MDB), Climaco tem recorrido ao apoio de garimpeiros da região. No último dia 5 de setembro, ele participou de um evento na sede de uma das maiores cooperativas de exploradores de ouro da cidade. Ao falar com eleitores, comparou a busca por votos a de riquezas:

— Quanto mais se tem, mais se quer.

## ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



Busca do ouro. Garimpeiro caminha pelas estradas de Vila Nova, vila localizada na Transgarimpeira, no Pará: estado concentra candidatos ligados à extração



Pedras em pauta. Prefeito Valmir Climaco (MDB) tenta emplacar sucessor



Família. Filho de comerciante do garimpo, Wescley Tomaz (Avante) concorre

# ‘Aqui, ser chamado de desmatador ganha voto. Multa do Ibama dá voto’

Eleição tem alta com 101 candidatos ligados ao garimpo, 1/5 no Sudoeste do Pará, onde ser alvo de órgão ambiental é trunfo



EDUARDO GONÇALVES E  
CRISTIANO MARIZ  
politica@oglobo.com.br  
ITAITUBA (PA)

“Esse o povo aprovou, a voz dos garimpeiros”, anunciava o jingle na entrada da sede de uma das maiores cooperativas de exploradores de ouro de Itaituba (PA), a 1.200 quilômetros de Belém. O local, decorado com bandeira do PT e bexigas vermelhas, foi escolhido por um candidato a vereador ligado à categoria para fazer campanha e pedir votos para o sucessor do atual prefeito, Valmir Climaco (MDB), dono de minas na região. “Quero ser parceiro de vocês”, discursou o emedebista em 5 de setembro.

Do outro lado do município, no dia seguinte, um telão improvisado na principal rua de compra e venda do metal precioso exibia imagens de obras numa comunidade instalada numa área de extração do minério. As melhorias eram reivindicadas pelo postulante a prefeito Wescley Tomaz (Avante), filho de comerciantes do garimpo. “Esse governo abandonou os garimpeiros. O resultado disso é que estão passando fome”, falou em cima do palanque.

Embora em lados opostos das eleições, os dois estão unidos pelo mesmo pro-

pósito que vai além da coloração partidária: chegar ao poder municipal e expandir a influência do garimpo numa das áreas mais devastadas da região amazônica. Quem ganhar as eleições em Itaituba poderá conceder permissões para explorar ouro na região. Essa autorização é de responsabilidade da Agência Nacional de Mineração (ANM), mas no Pará depende de licença prévia emitida pelas prefeituras — nas demais federações, é o governo estadual quem dá esse aval prévio.

Líder do ranking de alertas de garimpo, Itaituba virou um retrato de como candidatos ligados à exploração de minérios continuam avançando nas eleições. Segundo levantamento do GLOBO com base em dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e da agência de mineração, 101 nomes vão tentar se eleger prefeito, vice ou vereador em outubro.

A quantidade supera até mesmo 2020, quando, impulsionados pelo ex-presidente Jair Bolsonaro, um defensor do garimpo em áreas de proteção ambiental, 93 nomes ligados à atividade concorreram. Um quinto das candidaturas deste ano se concentra em três cidades no Sudoeste do Pará: Itaituba, Jacareacanga e Novo Progresso. Todas elas figuram na lista dos dez municípios com mais alertas de garimpo registrados

no ano passado.

Nessas cidades do ouro da região, ser alvo de um órgão ambiental também é visto como trunfo eleitoral por políticos ligados ao garimpo. O prefeito de Novo Progresso, Gelson Dill (MDB), por exemplo, atribui a sua eleição em 2020, em parte, a uma multa ambiental que recebeu do Instituto Chico Mendes de Conservação e Biodiversidade (ICMBio) na campanha.

Empresário do ramo de madeira, o emedebista foi autuado por ter desmatado uma área de 174,5 hectares. A multa aplicada na época era de R\$ 4 milhões.

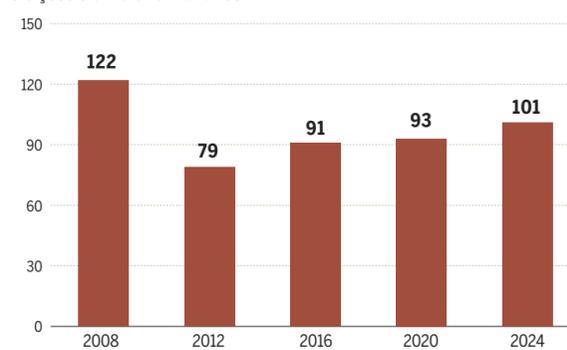
— Se chegar alguém aqui batendo: “O prefeito é um desmatador”, ganha voto. Tomou uma multa do Ibama, já ganha voto — disse Dill, que busca a reeleição neste ano. — Foi uma grande cartada para mim. E eu ainda recorri da multa e venci — acrescentou.

Vizinha de Itaituba, Novo Progresso tem 33 mil habitantes e sintetiza os problemas atuais da Amazônia: desenvolveu-se a partir da descoberta do ouro no Rio Tapajós e ficou nacionalmente conhecido a partir do “Dia do Fogo”, quando fazendeiros se organizaram para abrir pasto com incêndios florestais. Hoje, o município enfrenta um impasse na Justiça para desalojar centenas de grileiros da Floresta Nacional do Jamanxim — a unidade de conservação mais desmatada da Amazônia.

Em busca de agradar aos garimpeiros, prefeitos e candidatos prometem ou oferecem obras em áreas de proteção. Em São Félix do Xingu, cidade de 65,4 mil habitantes a 985 quilômetros de Belém, o prefeito João Cléber (MDB), candidato à reeleição, foi alvo de

## CANDIDATOS DO GARIMPO

Número de nomes ligados à atividade garimpeira nas eleições é o maior em 14 anos



Obs: Inclui candidatos que se declaram garimpeiros na ocupação, no nome de uma ou possuem lavras garimpeiras  
Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Agência Nacional de Mineração (ANM)

## POR PARTIDO

PL é a legenda que concentra o maior número de candidatos ligados ao garimpo



Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE)

EDITORIA DE ARTE

uma ação civil pública do Ministério Público Federal no ano passado por usar recursos públicos para reformar uma estrada clandestina dentro da Terra Indígena Apyterewa — uma das mais desmatadas da Amazônia.

As obras, segundo a investigação, tinham o objetivo de dar apoio a invasores que abriram áreas de garimpo na área de preservação e criam um gado na reserva.

O prefeito afirmou ter recebido autorização da Fundação Nacional do Índio (Funai) para realizar a obra sob o pretexto que também atenderia os indígenas. O Ministério Público Federal, contudo, argumenta que a via levava à fazenda de um dos invasores. Além do prefeito, o diretor da autarquia federal que deu aval à obra foi denunciado na ação.

— Tem vários distritos e vilas ali dentro. Todo ano era feito o patrolamento (o nivelamento da estrada de terra com máquina de terraplanagem, tornando-a própria para a circulação de veículos), porque ali tinha muitas famílias e precisava de uma estrutura da saúde e educação — afirmou Cleber.

## ÁREAS PRESERVADAS

Nestas eleições municipais, também está em jogo nas cidades do ouro uma disputa pela exploração do metal precioso em áreas de proteção ambiental. Em Jacareacanga, município de 24 mil habitantes, a 1.640 quilômetros de Belém, o comando da prefeitura é cobiçado por duas candidaturas integridas por indígenas mundurukus, etnia cujo território cerca o município.

O povo munduruku, que domina a cidade, está dividido entre os que apoiam a extração de ouro nas suas terras e os que são contra. Na hora de escolher o prefeito, no entanto, não há divergência no tema.

O atual prefeito, Sebastião Aurivaldo Pereira Silva (MDB), o Valdo do Posto, tem como principal cabo eleitoral o seu vice, o indígena Valmar Kaba, filiado ao PT. A chapa também conta com o apoio da Rede, da ministra do Meio Ambiente, Marina Silva.

Em 2022, Kaba foi condenado a quatro anos de prisão em regime semiaberto por liderar um protesto violento contra agentes da Polícia Federal que faziam uma operação, a Mundurukânia, contra o garimpo ilegal na região — dois policiais foram feridos com o lançamento de pedras, rojões e pedaços de pau.

Na época, ele chegou a ser preso e afastado do cargo temporariamente. Depois, retomou o posto e agora disputa a reeleição. Procurado, ele não quis se pronunciar sobre a condenação.

Outro candidato é o presidente da Câmara Municipal, Giovanni Kaba Munduruku (União Brasil), que antes de se tornar vereador era garimpeiro. A exemplo do seu adversário na disputa, a promessa é atuar para que a exploração do ouro nas áreas indígenas, hoje proibidas, sejam autorizadas.

A lógica do ilegal que pode vir a se tornar legal domina o discurso político na Amazônia e se relaciona com a forma de ocupação pela qual passou a região.

O professor Maurício Torres, da Universidade Federal do Pará, explica que o uso das terras públicas na linha do “dono é quem desmata” foi a marca de políticas partir da segunda metade do século passado. Essa prática continua a gerar efeitos. Nesses locais, a exploração avança sobre as instituições.

— O garimpo se tornou tão hegemônico na região que ele virou praticamente sinônimo do poder político e econômico. É difícil achar um político que não tenha algum tipo de ligação a isso por lá — afirmou ele. — Há um sistema de exploração do ouro no país em que a ilegalidade produz a lei e a própria lei produz um novo ciclo de ilegalidade.



## ELEIÇÕES 2024 PALANQUE DE OURO



EDUARDO GONÇALVES E  
CRISTIANO MARIZ  
politica@oglobo.com.br  
ITAITUBA (PA)

A 400 quilômetros da cidade de mais próxima, os cerca de cem moradores da comunidade de Vila Nova, formada ao redor de áreas de garimpo no sudoeste do Pará, convivem com esgoto a céu aberto, sem energia elétrica e nem água encanada. A realidade da superfície contrasta com a riqueza encontrada no subsolo de uma das regiões de onde sai a maior quantidade de ouro no país. “O ouro foi bem explorado, mas não fica aqui. Vai para o barãozinho lá fora”, lamenta Antônia Ferreira Mourão, de 65 anos, que vive há quase duas décadas no local.

O contraste da riqueza proporcionada pelo ouro com a pobreza das vilas garimpeiras pode ser visto por todos os lados — e virou tema de campanha nestas eleições municipais. Na sua área urbana, Itaituba reúne mais de 50 lojas de compra e venda de ouro, joalherias e de artigos importados. Caminhonetes 4x4 e as escavadeiras são veículos quase onipresentes nas ruas — muitos deles com adesivo “100% garimpeiro”. Já nas dezenas de comunidades formadas nas margens da rodovia Transgarimpeira, uma artéria da BR-163 que corta áreas de preservação ambiental até acabar na beira do Rio Tapajós, a população forma filas para encher galões com água potável e carece de serviços básicos como atendimento de saúde e educação.

O candidato a prefeito Wesley Tomaz (Avante), que cresceu numa dessas comunidades, afirma que situação na região só irá melhorar quando os atuais garimpos forem legalizados e a população tiver alternativas econômicas. Em sua campanha, ele defende aproveitar áreas degradadas com outras formas de exploração da terra e do rio.

— Nós vamos substituir o garimpo por uma plantação de cacau, de açaí, questão da piscicultura (criação de peixes) e outras atividades que também vão gerar emprego e renda para o nosso povo — afirmou o candidato.

Segundo Rogério Lima, presidente da associação de moradores de Vila Nova, o voto nos candidatos ligados ao garimpo é a última esperança de que as condições de vida na região possam melhorar.

— Aqui na região os políticos mentem muito. Se eles (candidatos do garimpo) não fazem muito, pelo menos fazem um pouquinho — afirmou Lima, que também é garimpeiro.

Apesar de Itaituba ser o município que mais arrecadou impostos com a produção do minério nos últimos anos — R\$ 350 milhões desde 2018, segundo a Agência Nacional de Mineração (ANM) —, os números não refletem essa pujança. No local, 64% da população vive abaixo da linha de pobreza, com renda familiar per capita de até R\$ 218 por mês, e 43% dos habitantes recebem Bolsa Família.

#### ASFALTO E REPRESSÃO

O primeiro asfalto na região garimpeira começou a chegar apenas neste ano na Avenida do Ouro, no distrito de Moraes Almeida, em Itaituba, considerado a porta de entrada da área onde há a maior concentração de garimpos. Constituído por



FOTOS DE CRISTIANO MARIZ  
**Área de garimpeiros.**  
Morador atravessa ponte de madeira em Vila Nova: falta de saneamento

## Eleição em cidade do ouro evidencia contrastes de vilas de garimpeiros

Em busca de votos, candidatos defendem da legalização de áreas à transformação de locais degradados em plantações

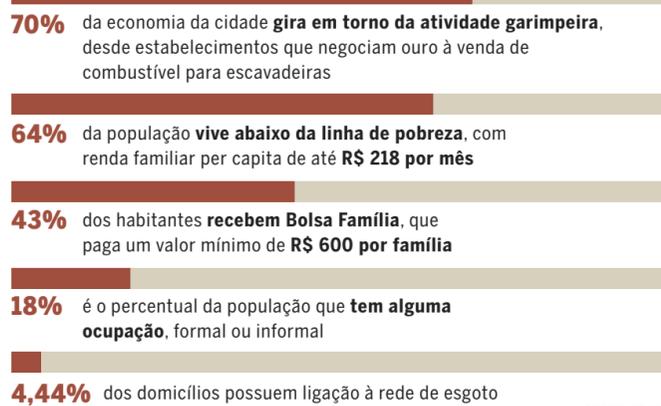


Vilas desiguais. Casal conversa em frente a restaurante de Itaituba, cidade do ouro que cresceu às margens da BR-163

### A POPULAÇÃO E O GARIMPO

Índices do município de Itaituba evidenciam dependência da população de programas sociais e do garimpo

Fontes: CadÚnico (Ministério do Desenvolvimento Social), IBGE e prefeitura de Itaituba (PA)



EDITORIA DE ARTE



Alerta. O garimpeiro Francenildo diz nunca ter visto uma seca como a atual

voo da Transgarimpeira está preocupado com a paralisação atual dos garimpos em razão de operações do governo federal na região.

— Todo esse tempo aqui, nunca tinha visto duas coisas nessa região: tudo paralisado como agora, e uma seca dessas — diz o garimpeiro Francenildo Aparecido dos Santos, de 75 anos, que passou cinco décadas “cavando buraco no chão e rolando de um lado para o outro” atrás de ouro.

A exemplo de Francenildo, Maria da Luz, dona de uma vendinha na comunidade de Vila Nova, já faz planos para se mudar da área.

— A gente não mora aqui porque quer. Vimos para ganhar o pão de cada dia trabalhando nos garimpos, porque tinha uma renda melhor do que na cidade. Aqui ninguém trabalha de roça, nem tem vaca leiteira, a sobrevivência é toda do garimpo.

#### ‘BAMBURRADOS’

A possibilidade de “baburrar” (enriquecer com o garimpo, na gíria local) leva muitas pessoas a se embrenhar na selva em busca de uma pepita. Como muitos pagamentos na região são feitos em ouro, o custo de vida é alto se comparado a outros municípios amazônicos. Dona de uma lanchonete na área urbana da cidade, Sorraia Paschoal afirma que, muitas vezes, tem dificuldade de contratar uma auxiliar para a cozinha por dois salários mínimos, pois no garimpo elas costumam ser remuneradas com 30 gramas de ouro mensais. Isso equivale a R\$ 10 mil.

— É difícil de competir. Elas acabam preferindo ficar no meio do mato, longe da família, do que ganhar menos na cidade — disse ela.

Das últimas seis eleições em Itaituba, cinco delas foram vencidas por candidatos ligados ao garimpo de ouro. Um dos mais populares foi Wirland Freire, prefeito de 1993 a 1996, numa época em que ainda não havia reeleição, e que voltou ao comando da cidade em 2001. Freire foi um dos principais fornecedores de combustível da região, responsável por abastecer máquinas que atuavam nos garimpos em torno das rodovias Transgarimpeira e da BR-163, que liga Santarém (PA) a Cuiabá (MT). Morto em 2002, seu nome batiza o aeroporto da cidade.

O atual mandatário, Climaco, por sua vez, está em seu

terceiro mandato na prefeitura. Nascido no Ceará, ele migrou para Itaituba, onde se tornou comerciante de artigos de garimpo e virou um dos principais donos de áreas de extração de ouro na cidade.

O cientista político Carlos Augusto da Silva Souza, professor da Universidade Federal do Pará, avalia que a defesa do garimpo nessas regiões tem um “peso importante” na decisão do voto. Para ele, há uma percepção de que, se a atividade for interrompida, não haverá alternativas.

— O que mobiliza o eleitorado nesses locais é justamente a geração de trabalho e renda. E eles veem essa pauta ambiental como uma afronta aos interesses do lugar onde eles moram — disse Souza.

Para Larissa Rodrigues, diretora do Instituto Escolhas, associação que desenvolve pesquisas na área de sustentabilidade, as prefeituras dessas cidades deveriam usar os recursos da exploração do ouro para incentivar outros setores da economia a gerar emprego e renda.

— Estudos mostram que a atividade garimpeira não deixa impactos positivos no que importa para a população, como saúde e educação. Apesar de o garimpo existir, ele não está transformando positivamente a região — disse ela.

Segundo um levantamento do Instituto Socioambiental (ISA) de 2022, municípios que convivem com o garimpo possuem, em média, índice de progresso social 4% menor que a média amazônica, e 20% abaixo do índice do Brasil. A análise leva em conta o acesso a itens considerados necessidades humanas básicas, como nutrição, cuidados médicos, água, moradia e segurança.

Diretor de Amazônia e Meio Ambiente da Polícia Federal, o delegado Humberto Freire diz que a batalha contra o garimpo ilegal não vai se resolver apenas pela repressão, mas precisa incluir políticas públicas de desenvolvimento econômico da região.

— Nós não vamos conseguir eliminar (garimpo ilegal) se não tiver outros pilares funcionando. É preciso um engajamento na esfera municipal e estadual para buscar alternativas econômicas e levar riqueza aos amazônidas. São 30 milhões de pessoas que precisam sustentar as suas famílias — afirmou o delegado.